

RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.693 - RO (2018/0319693-5)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : CONSTRUBEL CONSTRUÇOES LTDA
ADVOGADOS : FRANCISCO RICARDO VIEIRA OLIVEIRA - RO001959
JOAO BOSCO VIEIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RO002213
RECORRIDO : ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A
ADVOGADOS : RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH - DF026966
FELIPE NOBREGA ROCHA - SP286551
ALEX JESUS AUGUSTO FILHO - SP314946
MUDROVITSCH ADVOGADOS - DF203712
ANA LETÍCIA CARVALHO DOS SANTOS - DF052903
TIAGO BATISTA RAMOS - RO007119
DANIEL NASCIMENTO GOMES - SP356650

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CONSTRUBEL CONSTRUÇÕES LTDA., com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (fl. 2.343, e-STJ):

Apelação Cível. Ação ordinária. Inexistência de débito c/c dano moral. Justiça gratuita deferida. Contrato de prestação de serviços. Preço global fixo e irrevogável. Aditivo contratual para aumento do preço e prazo. Cobrança além da contratada. Pedidos. Procedência. Mantida sentença. Recurso não provido.

É possível a concessão dos benefícios da justiça gratuita à pessoa jurídica que apresenta prova documental suficiente da sua atual condição de hipossuficiência. Contudo, tal concessão não afasta a sua responsabilidade pelas despesas processuais e honorários advindos da sucumbência, apenas permite a suspensão da exigibilidade.

Tratando-se de contrato de prestação de serviços celebrado com prazo certo e preço global, a superveniente celebração de um termo aditivo contratual pelas partes é suficiente para englobar os serviços adicionais reclamados pela empresa apelante, pois, além de prorrogar o prazo para conclusão do serviço, houve incremento no preço total pago, de modo que não é devida a cobrança em valor acima do preço global ajustado.

Opostos embargos de declaração, esses não foram conhecidos (e-STJ, fls. 2.360-2.363).

Nas razões de recurso especial, a recorrente alega violação dos arts. 186 e 884 do Código Civil de 2002, 5º, X e LIV, da Constituição Federal de 1988, além de divergência jurisprudencial.

Afirma não ser cabível a reparação por danos morais na espécie, em razão da ausência de sua comprovação.

Aduz que a empresa recorrida pretende locupletar-se de forma ilícita.

Sustenta que o acórdão recorrido julgou contrariamente à prova dos autos.

Busca a improcedência da presente ação.

Contrarrazões às fls. 2.376-2.407 (e-STJ), pelo não provimento do recurso.

O recurso especial foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 2.409-2.410 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Inicialmente, no tocante à alegada ofensa ao artigo 5º, X e LIV, da Constituição Federal de 1988, a via eleita é inadequada para dirimir eventual contrariedade, sob pena de usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal.

Quanto à condenação da recorrente a título de danos morais, o Tribunal de origem destacou o seguinte (fls.2.348-2.350, e-STJ):

O contrato foi celebrado em janeiro de 2012 (fls. 113/141) mediante carta proposta cujo o valor global foi apresentado pela empresa apelante (fls. 142/158), para construção de um centro de imagens anexo ao Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, com preço “global fixo e irrealizável” de R\$1.873.446,49, para realização de todos os serviços, no prazo de 180 dias, conforme cláusulas primeira, oitava e decima nona.

Após os percalços afirmados pela apelante (atrasos, impossibilidade de acesso à área e alterações no projeto), houve

aditivo contratual celebrado em agosto de 2012 (fls. 168/171), mediante alteração das cláusulas primeira, segunda, oitava e decima nona, dentre as quais houve alteração do preço global para R\$ 1.985.159,88 e dilação do prazo para conclusão dos serviços para 630 dias.

Desse modo, entendo que a superveniente celebração do termo aditivo contratual pelas partes foi suficiente para englobar os serviços adicionais reclamados pela empresa apelante, pois, além de prorrogar o prazo para conclusão do serviço, houve incremento no preço total pago, conforme conclusão obtida na sentença.

Assim, de fato houve problemas para execução do contrato, conforme afirmado pelas testemunhas, contudo, tais fatos não são suficientes para permitir que a apelante emitisse nota fiscal com valor acima do preço global ajustado.

Digo isso porque era de seu conhecimento – ou ao menos deveria ser – que tratava-se de contrato com preço global, fixo e irrevogável, que sofreria apenas atualização mediante IGP-M.

Ademais, a empresa autora demonstrou mediante farta prova documental que o recebimento de valores era atualizados mediante IGP-M e ao final houve o pagamento total de R\$ 2.023.725,77.

Quanto à alegação de que não houve abandono da obra, mas sim que foi impedida de entrar, tal fato não tem relevância para situação. Sendo certo que, após entrega do empreendimento, foi atestada a necessidade de reajustes, e para tanto, a apelada contratou outra empresa para execução de um serviço que deveria ser originalmente prestado pela requerida, pelo preço global ajustado contratualmente.

Também é preciso ter em mente que todos os gastos que a apelante afirma ter experimentado estavam previstos como de sua responsabilidade no contrato celebrado, sendo o preço global composto justamente por todas as despesas diretas e indiretas relacionadas neste recurso como por exemplo: execução do serviço, equipamentos, materiais, mão de obra, encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

Conclui-se que os fatos alegados pela empresa apelante, sejam eles de atrasos, despesas adicionais, dívidas, débito com funcionários, não podem ser contabilizados para a empresa apelada, visto que o contrato previa ser de sua responsabilidade e o termo aditivo celebrado era justamente para cobrir essas as despesas

adicionais, não restando qualquer valor ou responsabilidade a ser arcada pela contratante.

Desse modo, também não pode lograr a tese que havia um acordo verbal e que os engenheiros “reconheceram, de certa forma, a dívida”, primeiro porque, além de não haver demonstração de tal fato, trata-se de um contrato formalizado mediante preço certo, que, para realização de reajuste, seria necessária a celebração de um novo aditivo e assim não ocorrendo, não há como entender devida a cobrança da Nota Fiscal n. 00060.

Como se vê, o Tribunal de origem solucionou a controvérsia com base no contrato celebrado entre as partes, bem como no conjunto fático-probatório constante dos autos, de sorte que a modificação do acórdão recorrido esbarra nos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7/STJ, respectivamente.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANOS MATERIAIS E MORAIS COMPROVADOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N°S 5 E 7/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCC. INAPLICABILIDADE. SÚMULA N° 83/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.

1. Rever as conclusões do acórdão recorrido acerca da existência de danos materiais e morais indenizáveis demandaria o reexame de cláusulas contratuais e de matéria fático-probatória, procedimentos inadmissíveis em recurso especial, nos termos das Súmulas n°s 5 e 7/STJ.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.126.802/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INADIMPLEMENTO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. REEXAME DO CONJUNTO

FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos e interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos de prova e da interpretação de cláusulas contratuais, concluiu pela inexistência de cerceamento de defesa, pela inobservância do dever de informação, pela deficiência na prestação do serviço contratado e pela existência de dano moral, oriundo da conduta culposa das recorrentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.411.930/ES, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017.)

Também não deve ser acolhida a pretensão do afastamento dos danos morais fixados no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em favor da parte recorrida.

O acórdão ora impugnado, assim consignou (e-STJ, fl. 2.350):

(...) a manutenção da sentença é medida que se impõe, especialmente por que não houve impugnação quanto à condenação por dano moral.

Ocorre que a recorrente não atacou esse fundamento no recurso especial, motivo pelo qual a argumentação exposta não possui elementos aptos a infirmar as razões lançadas no acórdão recorrido, aplicando-se, na espécie, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284/STF.

Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. O recurso especial que não traz insurgência específica capaz de

combater fundamento do acórdão recorrido, suficiente para mantê-lo, não deve ser admitido. Incidência das Súmulas n. 283 e 284 do STF.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 926.467/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 1º/12/2016, DJe 9/12/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARTÕES TELEFÔNICOS COM CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE. INCIDENTE DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. AUSÊNCIA DE JUÍZO DE VALOR. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

(...)

4. É deficiente a argumentação que não guarda correlação com o decidido nos autos, deixando de impugnar a fundamentação do julgado. Súmulas n. 283 e 284 do STF.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.391.525/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 12/12/2014.)

No mais, verifica-se que as matérias descritas nos arts. 186 e 844 do Código Civil de 2002 não foram objeto de exame pela instância ordinária, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, o que impossibilita o julgamento do recurso nesse aspecto por ausência do necessário prequestionamento, nos termos da Súmula 211/STJ.

Deveria a parte recorrente nas razões do seu especial, além de alegar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, apontar, clara e especificamente, a incorreção no julgado a fim de viabilizar a apreciação, pelo Superior Tribunal de Justiça, de suposto vício de omissão, contradição ou obscuridade em que tenha incidido o acórdão embargado local, o que não ocorreu.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 141 E 492 DO CPC/2015. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Fica inviabilizado o conhecimento de temas trazidos no recurso especial, mas não debatidos e decididos nas instâncias ordinárias, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Incidência da Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Esta Corte de Justiça, ao interpretar o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015, concluiu que a caracterização do prequestionamento ficto exige que no mesmo recurso seja apontada violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.654.807/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018.)

Registro, ademais, que o dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes legais e regimentais; para tanto, é necessária a demonstração da similitude fática e da divergência na interpretação do direito entre os acórdãos confrontados, o que não ocorreu na espécie.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários advocatícios em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora